

Dinâmica inter-regional no território da indústria extrativa petrolífera do Estado do Rio: um aproximação quantitativa

Inter-regional dynamics in oil extract industry territory, Rio de Janeiro State: a quantitative approach

FABIO GUSTAVO VIANA SIQUEIRA

JOSÉ LUIS VIANNA DA CRUZ

RESUMO

Este artigo¹ pretende realizar, a partir de alguns indicadores – população, População Economicamente Ativa-PEA, População Ocupada, distribuição setorial do emprego, composição setorial do PIB, percentual de pobres e renda *per capita* –, de um ponto de vista territorial e dentro dos limites permitidos por uma abordagem quantitativa, um breve balanço dos impactos provocados pela indústria extrativa regional do petróleo ou Complexo de Exploração e Produção de Petróleo e Gás-E&P. Tal balanço se dirige tanto a montante (na mesorregião Noroeste Fluminense-NOF) quanto a jusante (na mesorregião das Baixadas Litorâneas-BL, em direção à Região Metropolitana do Rio de Janeiro-RMRJ). Buscam-se, ainda, identificar influências da construção do Porto do Açu sobre

1 Este artigo teve a contribuição da Faperj, no âmbito do projeto “O Norte, o Noroeste Fluminense, as Baixadas Litorâneas e o Complexo de Exploração e Produção de Petróleo e Gás: dinâmica socioeconômica, mercado de trabalho, desenvolvimento regional e gestão territorial”, coordenado pelo professor José Luis Vianna da Cruz.

alguns indicadores, dado o seu porte de Grande Investimento-GI², localizado, assim como o Complexo de E&P, na mesorregião Norte Fluminense-NF.

Palavras-chave: Impactos territoriais, Indústria Extrativa de Petróleo, Norte Fluminense

ABSTRACT

This article intends to carry out, based upon some indicators – population, labor force, employed population, sectoral distribution of employment, sectoral composition of GDP, poverty rate and *per capita* income – from a territorial point of view, and within the limits allowed by a quantitative approach, a brief assessment of the impacts caused by the regional extractive oil industry, so-called Oil & Gas Exploration and Production Complex-E & P, both upstream (on Northwestern Fluminense-NOFmeso region) and downstream (on Coastal Plains-BL meso region, including Rio de Janeiro Metropolitan Area-RMRJ). It aims, also, to find out possible influence caused by the construction of the Açú Port on some indicators, as long as it consists on a Great Investment-GI, located, as well as the E&P Complex, in Northern Rio de Janeiro State, named Norte Fluminense-NFmeso region.

Keywords: Territorial Impacts, Oil Extract Industry, Northern Fluminense/ Rio de Janeiro State

INTRODUÇÃO

Considera-se a montante o espaço da mesorregião Noroeste Fluminense-NOF³, tradicionalmente estagnada, de baixo dinamismo, de economia agropecuária, integrada à economia petrolífera como fornecedora de força de trabalho. (LUMBRERAS, 2008; CRUZ, 2015). A jusante, o espaço da mesorregião das Baixadas Litorâneas - BL⁴, situada no vetor territorial de apoio, gestão e “escoamento” da produção –, ainda que esta última se dê, *stricto sensu*, por dutos subterrâneos e subaquáticos – integrada à economia regional do petróleo através da localização das empresas de fornecimento de produtos e serviços à produção, de alta, média e baixa tecnologia (PIQUET, 2005), da logística de transporte e portuária, das residências de técnicos e profissionais qualificados, de um forte aparato de qualificação e profissionalização. É o território que se estende até a capital do estado e à Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), onde se locali-

2 Grande projeto de investimento implantado no Norte Fluminense a partir de 2007, previa originalmente, além de um megaporto – concebido para reduzir o gargalo então existente para o escoamento de minério de ferro de Minas Gerais, sendo abastecido diretamente por um mineroduto e compondo um eficiente corredor de exportação –, um complexo logístico e portuário que, segundo o projeto original, estenderia suas atividades econômicas à siderurgia, à indústria automobilística, à geração de energia e ao beneficiamento de outras cargas estratégicas na perspectiva de modernização da estrutura portuária brasileira. Muito embora a falência de empresas de Eike Batista, principal responsável pela concepção do empreendimento, tenha reduzido a dimensão do GI, o início da operação efetiva de exportação de minérios sob a administração de outro grupo – Prumo – representa impacto relevante na economia e na população de São João da Barra e do Norte Fluminense (PIQUET, 2010 e 2013).

3 Formada pelos municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, S. José de Ubá, Santo Antônio de Pádua e Varre-Sai.

4 Formada pelos municípios de Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim. Em 2014, o município de Maricá passou a pertencer à Região Metropolitana.

zam estaleiros, sedes de empresas do Complexo, a refinaria Duque de Caxias, o Complexo Petrolífero do Rio de Janeiro – Comperj, ainda em construção, dentre os equipamentos da indústria petrolífera estadual, e onde se situam municípios privilegiados com as concentradas rendas petrolíferas, juntamente com outros do Norte Fluminense (NF)⁵.

No NF, o Porto do Açu, por ser um Grande Investimento (GI) – em operação desde 2014, mas com construção iniciada em 2007 –, apresenta-se como portador de impactos importantes, que podem contribuir para explicar algumas tendências detectadas nos indicadores, a maior parte deles referentes a 2010.

Os dados provêm, principalmente, do Banco de Dados Socioeconômicos do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Ucam – DataUcam, que reúne microdados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE. O recorte temporal adotado privilegia o intervalo entre 2000 e 2010, que corresponde ao período pós-Lei do Petróleo, de 1997, quando o volume concentrado dos *royalties* teve um aumento vertiginoso, ao lado das milionárias participações especiais, criadas pela mesma Lei.⁶ Destacaram-se dados sobre os municípios que concentram as rendas petrolíferas, mas, sempre que possível, buscaram-se comparar as dinâmicas pré e pós Lei do Petróleo, entre os municípios *petrorrentistas* – que vivem das rendas petrolíferas, sem atividade produtiva relevante, com exceção de Macaé, onde se encontra a sede do Complexo Industrial Extrativista regional – e os demais, pelo fato de que a quebra do monopólio estatal que era exercido via Petrobras deu novo impulso ao crescimento da produção e, consequentemente, das rendas.

No entanto, a dimensão privilegiada é a da comparação entre indicadores das três mesorregiões.

DINÂMICA POPULACIONAL

Comparando-se as três mesorregiões, observa-se que, tanto no período pré-Lei do Petróleo, quanto no pós-Lei, o NOF teve o menor crescimento, abaixo, também, da média estadual, como mostra a tabela 1, o que se refletiu na queda da participação da região na população total do estado. Na última década, a evolução foi ainda menor que na anterior, enquanto a do NF e a da BL foram bem superiores às da década anterior, com destaque para o aumento do ritmo no NF, o que se pode creditar, além de aos benefícios da Lei do Petróleo, às obras civis de construção do Porto do Açu, iniciadas em 2007, o que atraiu milhares de trabalhadores de fora da região.

5 Formada pelos municípios de Campos dos Goitacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidelis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

6 A Lei 9.478, de 1997, que regulamenta a exploração do petróleo no Brasil, determina o repasse de percentuais substanciais dos recursos advindos da produção petrolífera para o setor público – incluídos Estados e Municípios – à guisa de compensações financeiras. Os *royalties*, pagos mensalmente, são destinados aos entes federativos nos quais se localizam os campos de produção petrolífera e outros, no entorno, que preenchem os critérios da legislação. As participações especiais são compensações extraordinárias – que podem chegar a 40% da renda líquida advinda da exploração do petróleo – pagas quando se registra grande volume de produção ou grande rentabilidade em determinado campo de uma área de concessão (LIMA, 2008 e SERRA, 2011).

Tabela I: Evolução da população

População			
Evolução 1991-2000			
	Evolução Populacional	Evolução da Taxa de Urbanização	Evolução da Participação Estatal
Noroeste Fluminense	9,07%	15,37%	-3,28%
Norte Fluminense	14,30%	7,44%	+1,67%
Baixada Litorânea	50,92%	4,12%	+40%
Estado do Rio de Janeiro	12,36%	0,73%	

Evolução 2000-2010			
	Evolução Populacional	Evolução da Taxa de Urbanização	Evolução da Participação Estatal
Noroeste Fluminense	6,59%	4,82%	-2,47%
Norte Fluminense	21,48%	3,52%	9,48%
Baixada Litorânea	51,59%	0,45%	+66,6%
Estado do Rio de Janeiro	11,10%	0,72%	

Fonte: DataUCAM, 2015

Percebe-se, ainda, que o NF, que sedia o Complexo Industrial Extrativista, localizado no município de Macaé, mantém, nas duas décadas, índices de crescimento populacional bem abaixo dos da BL.

Provavelmente, a queda do ritmo no NOF tem relação direta com o destacado aumento do crescimento no NF e na BL, que teria ocorrido com a participação de migrantes daquela mesorregião. Paradoxalmente, e o que é mais grave, o NOF apresentou o maior crescimento na taxa de urbanização nas duas décadas analisadas, tanto em relação às regiões de comparação, quanto à taxa média estadual. Como se trata de uma região de economia agropecuária, significa que houve uma grande retração nessa atividade, ao passo que nenhuma atividade econômica produtiva urbana ocupou esse vazio, o que deve ter interferido no baixo crescimento populacional, paralelamente ao rápido crescimento urbano.

Quanto às dinâmicas municipais, percebe-se que no NOF os três municípios mais dinâmicos das últimas décadas – Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus do Itabapoana (LUMBRERAS, 2008; COSTA, 2012) – se mantiveram como os três mais populosos, apesar de nem sempre terem apresentado as maiores taxas de crescimento no período. À medida que forem sendo introduzidas as demais variáveis, essa afirmação ganhará mais densidade.

No NF, destaca-se o fato de que Campos dos Goytacazes – o município mais extenso, o mais populoso e considerado o grande polo regional histórico, por ter nucleado o complexo agroindustrial sucroalcooleiro – teve crescimento abaixo da média estadual na década anterior à elevação das rendas petrolíferas. No decênio seguinte (2000-2010), elevou o ritmo de crescimento (de 0,87% a.a. para 1,31% a.a.), mas ainda assim permaneceu muito abaixo do ritmo de Macaé, Quissamã e Carapebus, esses dois últimos emancipados do primeiro, na década de 1990,

impactados pela montagem da máquina municipal. Portanto, o crescimento populacional no NF vem, há mais de duas décadas, se concentrando nesses quatro municípios, sendo que, em Campos, só mais recentemente.

Os dados para o município de São João da Barra (quando se desconta na primeira década a população do território desmembrado em 1995, dando origem ao município de São Francisco de Itabapoana) apresentam um crescimento acentuado no ritmo entre 2000 e 2010. Muito provavelmente, isto reflete os impactos das obras civis do projeto do Porto-Indústria do Açú, na medida em que nenhuma outra atividade econômica importante se desenvolveu no período.

O NF aumentou em 10% o peso relativo à população total do estado nas duas décadas.

Apesar de os impactos localizados serem mais fortes em Macaé, Quissamã e Carapebus, no NF, e em Rio das Ostras, na BL, em termos regionais é na BL que ocorre maior impacto do crescimento populacional, onde este é mais disseminado pelos municípios ou mais desconcentrado.

A BL apresenta, de forma ampla, em termos de abrangência do número de municípios, taxas extremamente elevadas, destacando-se o município de Rio das Ostras, emancipado de Casimiro de Abreu em 1992, fronteiro a Macaé, que vem recebendo pesados investimentos em empresas e moradias, à medida em que a base operacional de Macaé se expande e ocorrem deseconomias de aglomeração nesse município (aumentos insuportáveis do preço da terra e da moradia, dos alimentos, dos transportes e de bens de consumo e dos serviços em geral). Este município apresentou taxa de crescimento populacional de 100,15% entre 1991 e 2000 e de 190% entre 2000 e 2010, passando de 18.195 habitantes, em 1991, a 105.676 em 2010, quase sextuplicando sua população, um dos maiores fenômenos do país nesse quesito.

Para efeito de comparação, nas duas décadas estudadas, a população de Macaé passou de 93.657, pessoas, em 1991, para 206.728 em 2010, o que representa um aumento de 120,72%. Considerando-se as duas décadas, na BL, além de Rio das Ostras, praticamente todos os municípios cresceram mais do que 100% em população. Só Arraial do Cabo e Silva Jardim cresceram menos de 100% nesse período, embora tenham crescido a taxas acima das da maioria dos municípios do NF. A mesorregião mais do que dobrou seu peso no total da população estadual.

Percebe-se, portanto, uma dinâmica bastante diferenciada nas três mesorregiões, em que o maior impacto demográfico se faz sentir naquela que liga o Complexo Extrativista Regional à RMRJ, ou seja, na BL, embora a sede do Complexo se situe no NF. O NOF não teve impacto demográfico positivo, dada a polarização das duas regiões em termos migratórios.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXA DE DESEMPREGO

No que diz respeito às movimentações da População Economicamente Ativa (PEA), comparando-se as três regiões, percebe-se que o crescimento foi menor no NOF, ficando abaixo da média estadual, que é inferior às do NF e da BL. Isto parece reforçar a percepção da existência de migração do NOF para essas duas,

conforme os dados de população sugerem, não só pela atração do mercado de trabalho ligado direta e indiretamente à economia do petróleo, como também pelo esvaziamento do campo no NOF, conforme os dados da taxa de urbanização revelam, e uma vez que não existe nenhuma atividade econômica com grande capacidade de polarização, tanto em emprego quanto em renda.

Novamente, tal percepção é reforçada pelo fato de que na BL, onde ocorre o maior ritmo de crescimento da população, foi também onde mais cresceu a PEA, representando mais que o dobro da taxa do NF. Conformam-se a tendência de pressão crescente dos impactos populacionais, urbanos e de movimentação do mercado de trabalho, sobre a BL, mais do que sobre o próprio NF, onde se encontra Macaé, que sedia o núcleo das instalações e das empresas fornecedoras.

Tabela 2 - Evolução da PEA

População Economicamente Ativa			
	2000	2010	%
Baixada Litorânea	214249	345989	+61,34
Noroeste Fluminense	139063	155155	+11,57
Norte Fluminense	309820	404296	30,45
Estado do Rio de Janeiro	6707854	7852543	17,06

Fonte: DataUCAM.

A dinâmica do emprego e da renda na economia regional do petróleo parece repercutir favoravelmente nos dados da evolução da taxa de desemprego, que diminuiu nas três regiões, embora essa tenha sido uma tendência estadual e nacional na última década. O dado significativo é que foi no NOF que a redução foi menor, embora seja a taxa mais baixa, em relação às duas outras regiões e ao Estado do Rio de Janeiro (ERJ).

O NF e a BL possuíam taxas de desemprego inferiores às do estado em 2000. Em 2010 essas taxas, embora tenham caído mais do que no NOF, passaram a ser maiores do que a estadual, o que pode ser atribuído ao fato de que há maior pressão sobre o mercado de trabalho das duas regiões mais dinâmicas, que recebem um número bem maior de migrantes, o que é comprovado pelas impressionantes taxas de crescimento populacional que vêm mantendo há pelo menos duas décadas e de crescimento da PEA, conforme já analisado.

As taxas reiteradamente menores do NOF, tanto em relação ao NF e BL, quando ao estado, refletem um menor dinamismo e são favorecidas pelo evidente movimento migratório, particularmente em direção às outras duas.

Analisando-se os dados para os *polos* do NF e os municípios *petrorrentistas* do NF e da BL, saltam aos olhos os menores índices de desemprego em Santo Antônio de Pádua, onde existe indústria extrativa de pedras ornamentais e de papel, no NOF; e em Búzios, na BL; os dois, juntamente com Itaperuna, compõem os que, nas três mesorregiões, possuem taxas inferiores à média do estado, considerando-se que as taxas de Macaé e S. João da Barra, embora inferiores, estão bem próximas das do estado.

Tabela 3 - Evolução da taxa de desemprego em municípios selecionados

Noroeste Fluminense		
	2000	2010
Bom Jesus do Itabapoana	12,02	9,45
Itaperuna	11,78	7,51
Santo Antônio de Pádua	9,33	4,73
Taxa média total da região	10,12%	8,38%
Baixada Litorânea		
	2000	2010
Búzios	13,21	6,16
Cabo Frio	16,84	9,68
Casimiro de Abreu	12,64	8,81
Rio das Ostras	15,33	8,77
Taxa média total da região	15,56%	10,48%
Norte Fluminense		
	2000	2010
Carapebus	14,71	12,74
Campos dos Goytacazes	16,24	10,78
Conceição de Macabu	11,48	9,8
Macaé	12,24	8,03
Quissamã	18,41	12,05
São João da Barra	14,01	8,58
Taxa média total da região	13,31%	9,67%
Estado do Rio de Janeiro	27,20%	8,93%

Fonte: DataUCAM.

Curiosamente, é no NF, sede do Complexo, que se encontram números acima de dois dígitos na taxa de desemprego, com destaque negativo para Carapebus, Campos dos Goytacazes e Quissamã.

POPULAÇÃO OCUPADA

Quando se observam os indicadores de formalização na ocupação da população, os dados parecem complementar os elementos de constituição da hierarquização do mercado de trabalho nas três regiões que constituem o território mais impactado e mais organicamente articulado pelas atividades de exploração e produção (E&P). Há uma tendência geral de elevação do percentual dos trabalhadores com carteira assinada da primeira para a segunda década. Esse percentual é bem maior onde se encontram as instalações vinculadas às petroleiras e às grandes fornecedoras multinacionais, ou seja, no NF. Sabe-se que aí estão os melhores empregos, formalizados e de maiores salários.

Os dados mesorregionais parecem seguir a hierarquia das empresas e dos vínculos trabalhistas, pois em seguida vem a BL, que sedia empresas do segundo e terceiro segmen-

tos, de médio e pequeno porte, prestadoras de serviços, predominantemente nacionais, ligadas à terceirização e quarteirização da mão de obra do Complexo, onde qualidade de emprego, níveis salariais e vínculos são mais flexíveis e mais precários, seguindo a hierarquização, até os pequenos serviços informais às famílias (PIQUET e OLIVEIRA, 2005).

Tais observações são reforçadas pelo fato de que a maior taxa de informalidade se encontra no NOF, onde não há presença forte de segmentos de uma economia de base formal e empresarial moderna e onde o segmento agropecuário, que ainda tem presença significativa, preserva grau significativo de informalidade nas relações de trabalho.

Tabela 4 - População Ocupada Residente por Posição na Ocupação (%)

2000				
	Empregados com carteira	Empregados Sem carteira	Conta própria	Funcionários Públicos ou Militares
Baixada Litorânea	32,0	30,8	26,3	6,2
Noroeste Fluminense	31,8	34,6	21,5	6,1
Norte Fluminense	38,7	28,9	23,1	5,5
Est. do Rio de Janeiro	44,9	22,5	22,01	6,2
2010				
	Empregados com carteira	Empregados Sem carteira	Conta própria	Funcionários Públicos ou Militares
Baixada Litorânea	40,3	23,5	24,4	8,2
Noroeste Fluminense	39,5	28,6	21,2	7,1
Norte Fluminense	51,7	20,01	20,4	5,5
Est. do Rio de Janeiro	53,01	17,8	20,2	6,1

Fonte: DataUCAM

Outro dado relevante contribui para a construção do quadro da dinâmica de interação das três mesorregiões polarizadas pela economia regional do petróleo, ou seja, para a compreensão do *lugar* e da *função* que vêm sendo assumidos por cada uma dessas mesorregiões, e, mais particularmente, pelo Noroeste Fluminense. Trata-se dos dados sobre a distribuição pelos diversos setores da mão de obra ocupada.

Apesar de a indústria do petróleo representar cerca de 30% da economia fluminense (SILVA, 2012) e o segmento extrativo, 17,65%, em termos do Valor Adicionado Bruto-VAB, estes não contribuem na mesma escala para a ocupação da mão de obra residente no ERJ, e no caso da indústria extrativa, nas três mesorregiões mais impactadas.

O emprego na indústria extrativa, não obstante ter se elevado entre 2000 e 2010 – mais do que dobrou no estado, praticamente dobrou na BL, subiu mais de 50% no NF e apenas um terço no NOF, embora nesta última não se computem os trabalhadores do setor que emigraram – ocupa o último lugar dentre os nove segmentos apresentados pelo IBGE, no Censo 2010, tanto nas três mesorregiões quanto no estado.

Este artigo não permite tirar conclusões para esse fenômeno, muito embora, ainda que a título especulativo, algumas hipóteses, que não foram testadas, possam ser levantadas: i) a densidade tecnológica dessa indústria, mesmo no segmento de E&P, não a torna uma grande empregadora, considerando-se o volume e o porte de capital e de riqueza que movimenta; ii) a parcela dos trabalhadores no segmento de E&P *off shore*, que residem em outros estados – favorecidos pelo regime intermitente de trabalho e pela proximidade com ES e MG – pode ser significativa. Dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que cerca de 18% dos trabalhadores pendulares no setor de E&P em Macaé residem em outros estados – pendularidade interestadual (TERRA e SOUZA, 2015, p. 134).

No estado, em 2010, os serviços, comércio e indústria de transformação, ao lado da construção civil, eram os que mais empregavam, mantendo a mesma ordem de 2000, com uma queda mais acentuada da participação da indústria de transformação.

No NF, serviços, comércio, construção civil, educação e indústria de transformação eram o que mais empregavam, em 2010. Comparando-se com 2000, a indústria de transformação perdeu espaço para a educação e a construção civil. Os estudos aqui consultados, sobre o NF, destacam o peso da educação na economia regional, particularmente em Campos e, mais recentemente, em Macaé, com destaque para a formação e qualificação profissional, em níveis fundamental, médio e superior. Observe-se, ainda, que o aumento dos pesos relativos desta e da construção civil deve muito às obras – a partir de 2007 – e ao início de operação do Porto do Açú, em 2014, em São João da Barra, que potencializou os dois segmentos.

Na BL, destacam-se, em 2010, as ocupações nos segmentos de serviço, comércio e construção civil, distantes do quarto colocado, que é o da administração pública. Comparando-se com 2000, percebe-se a mesma ordem.

No NOE, observa-se, em 2010, que os maiores empregadores são os segmentos de serviço, comércio, agropecuária e construção civil, esta última seguida da perto pela indústria de transformação. Comparando-se com 2000, o da agropecuária perdeu uma posição.

Tabela 5 - População ocupada residente por setores de atividades econômicas – 2000 e 2010 (%)

População ocupada residente por setores de atividades econômicas – 2000 (%)										
Região	Agrop	Ind extr	Ind transf	Constr Civil	Com	Serv	Adm Públ	Educ	Saúde S. Soc	Outras
NOF	18,6	1,6	9,8	8,3	15,6	26,1	8,0	8,0	3,5	0,6
NF	11,0	2,9	10,0	9,0	17,6	30,0	5,9	8,4	3,7	1,5
BL	5,3	1,1	5,8	14,9	18,7	36,3	7,7	6,1	2,8	1,2
ERJ	2,7	0,4	10,8	8,2	19,0	39,1	6,4	6,5	4,9	1,9
População ocupada residente por setores de atividades econômicas – 2010 (%)										
Região	Agrop	Ind Extr	Ind Transf	Constr Civil	Com	Serv	Adm Públ	Educ	Saúde S. Soc	Outras
NOF	14,4	1,8	8,8	9,3	17,1	24,6	7,9	7,5	4,0	4,7
NF	6,6	4,0	7,0	10,1	16,6	28,8	6,6	7,2	4,7	8,4
BL	3,6	2,1	5,2	14,2	18,9	33,0	8,4	6,2	3,5	4,8
ERJ	2,1	0,9	8,6	8,2	18,1	37,4	6,3	6,1	5,2	6,9

Fonte: DataUCAM.

Algumas observações são importantes com relação aos parâmetros da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae), na qual se baseia a segmentação do IBGE.

A indústria de transformação inclui padarias, fabricação de doces e conservas, produção de quentinhas e vários segmentos, o que explica, por exemplo, o fato de o peso da ocupação nesse segmento ser maior no NOF em relação às duas outras mesorregiões de comparação e à própria média do ERJ, em 2010.

O peso da ocupação na indústria extrativa reflete o peso, nas três regiões, desse segmento; mesmo onde há a menor participação das três, no NOF, ele representa o dobro do ERJ, em 2010.

A ocupação na agropecuária, embora sempre decrescente, ainda é bastante significativa no NOF.

A BL se destaca, em 2010, no peso da construção civil, dos serviços e da administração pública em relação às outras duas mesorregiões. O perfil do crescimento aqui apontado é reforçado por esses números.

Em 2010 o peso relativo da educação se aproxima nas três regiões, dada a tendência, que está em curso, de abertura de *campi* avançados das instituições públicas e privadas de formação de nível médio, superior e profissional em municípios das três mesorregiões.

Sobre a indústria extrativa, é interessante observar que, em 2000, esta empregava, no NOF, um contingente de trabalhadores ligeiramente superior ao da BL. Esta última ocupa, em 2010, 150% a mais de trabalhadores nesse segmento do que o NOF, refletindo o movimento analisado neste trabalho, que privilegia a BL em relação às outras duas, a partir do final da primeira década deste milênio, enquanto receptora de população.

Mesmo assim, o número de ocupados na indústria extrativa no NF é, em 2010, cerca de 70% superior aos das outras duas somadas. Os ocupados residentes nas três representavam, em 2010, 35,31%, do total de ocupados residentes do ERJ no segmento. Deve-se lembrar que há um número representativo de trabalhadores *offshore* em Macaé que residem em outros municípios, regiões e estados e que são computados como trabalhadores de Macaé, onde estão as empresas de onde são coletados os dados.

Tabela 6 - População Ocupada Residente por setores de atividade econômica

	Indústria Extrativa		Participação dentre setores		
	2000	2010	2000	2010	Δ%
Baixada Litorânea	1997	6521	1,10%	2,10%	90,90%
Noroeste Fluminense	2017	2519	1,60%	1,80%	12,50%
Norte Fluminense	7585	14740	2,90%	4,00%	37,93%
Est. do Rio de Janeiro	22.306	67.328	0,40%	0,90%	125%

Fonte: DataUCAM

Ainda sobre o perfil setorial da ocupação, revelou-se de grande utilidade a comparação entre os perfis das três mesorregiões, em 2010. Inicialmente, salta

aos olhos – se comparada com o Valor Adicionado Bruto (VAB) e as rendas produzidas pela economia regional de E&P – a posição da indústria extrativa no *ranking* da ocupação por segmentos segundo o IBGE, sob a classificação da Cnae. Ela ocupa a 9ª e última posição nas três regiões, que apresentam perfis semelhantes, à primeira vista, diferenciando-se, porém, no peso da Agropecuária, maior no NOF e menor na BL; no da Administração Pública, maior na BL; e no da Educação, maior no NF e menor no NOF. Sobre a indústria de transformação, as posições não refletem a composição, uma vez que no NF o peso das empresas de fabricação de itens para a economia petrolífera é bem maior do que o peso de qualquer indústria de transformação de base tecnológica nas outras regiões, onde predominam indústrias tradicionais, extensivas em mão de obra.

Tabela 7 - Ranking dos setores de atividade econômica que mais empregam - 2010

	Baixada Litorânea	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense
1º	Serviços	Serviços	Serviços
2º	Comércio	Comércio	Comércio
3º	Construção Civil	Agropecuária	Construção Civil
4º	Administração Pública	Construção Civil	Educação
5º	Educação	Indústria de Transformação	Indústria de Transformação
6º	Indústria de Transformação	Administração Pública	Agropecuária e Administração Pública
7º	Agropecuária	Educação	–
8º	Saúde e Serviços Sociais	Saúde e Serviços Sociais	Saúde e Serviços Sociais
9º	Indústria Extrativa	Indústria Extrativa	Indústria Extrativa

Fonte: Elaboração dos autores, a partir do DataUCAM.

COMPOSIÇÃO DO PIB

Uma vez analisados alguns indicadores do mercado de trabalho regional, é interessante observar o crescimento do PIB.

Com relação ao segmento industrial, destaca-se o crescimento do seu peso na composição do PIB, na BL, na década analisada. Nele incluem-se tanto a indústria extrativa como a indústria de transformação. O peso dessa última permaneceu constante na década analisada, no NOF e no NF, provavelmente por razões diferentes, já aqui registradas, como a própria natureza das atividades enquadradas nesse segmento, que vão desde padarias e confecções de quentinhas, que devem predominar no Noroeste, até indústrias de transformação de base tecnológica, que têm maior peso no Norte; isto se confirma no fato de que, embora com pesos constantes na década, a sua importância é completamente distinta, sendo de 14,1% no NOF; de 60,8% no NF e de 50,6% na BL.

Sabe-se que no VAB da indústria estão computadas as rendas petrolíferas, além do fato de que a região vem recebendo instalações de empresas de transformação industrial de componentes para o Complexo de E&P. Por fim, cabe destacar que o peso deste segmento no PIB estadual é metade do constatado no NF e na BL, embora superior ao do NOF, o que só reforça o fato de que esta última só usufrui do Complexo de E&P no emprego.

Ao mesmo tempo, ficam claros dois aspectos fundamentais: i) o elevado grau de dependência do PIB regional em relação à indústria extrativa petrolífera; ii) que o peso dessa indústria no PIB regional defasa imensamente do seu peso no mercado de trabalho regional, permitindo inferir que seu elevado grau tecnológico não a torna uma grande empregadora, em termos relativos, o que remete à importância de se ter uma economia diversificada, para aumentar os efeitos positivos sobre a geração de empregos.

Os demais dados da tabela 8 permitem compreender melhor as dinâmicas diferenciadas e as especificidades de cada uma dessas mesorregiões. Percebe-se que o peso da agropecuária no PIB, no NOF, ainda é oito vezes superior ao seu peso no PIB das outras duas mesorregiões; os serviços têm peso muito maior no NOF, o que poderia ser explicado pela ausência de indústria e de atividades econômicas importantes, resultando no inchamento do segmento de serviços informais e precários. Em consequência os pesos, respectivamente, da administração pública e dos impostos, quais sejam, dos salários e das encomendas públicas, acabam sendo relativamente maiores, na ausência de atividades produtivas importantes, como fonte de emprego e renda para a população.

Na composição do PIB, tanto em relação ao estado quanto às regiões de comparação, fica clara a integração diferenciada, marginal, periférica e desigual do NOF, uma vez que se levam em conta todos os elementos analisados até o momento. Em termos de atividades geradoras de recursos financeiros, o NOF apresenta dependência mais elevada em relação à agropecuária (que se sabe de baixa produtividade, em franco declínio, e com relações de trabalho precárias); aos serviços precários; aos impostos e às atividades da administração pública.

Cabe registrar que o peso relativo dos impostos no PIB é significativamente superior na média estadual em relação às três mesorregiões.

Tabela 8 - Distribuição do PIB por grandes setores de atividade econômica

			VAB agropecuária	VAB indústria	VAB Serviços	VAB Impostos	VAB Adm. Pub.
Baixasdas 2000	Litorâneas	-	1,2	48,3	47,8	2,7	17,2
Baixasdas 2010	Litorâneas	-	0,5	50,6	44,4	4,6	14,9
Noroeste 2000	Fluminense	-	5,6	14,0	74,0	6,5	28,9
Noroeste 2010	Fluminense	-	4,0	14,1	75,6	6,4	33,0
Norte Fluminense – 2000			2,1	61,0	33,6	3,2	12,0
Norte Fluminense – 2010			0,6	60,8	33,1	5,5	8,8
Estado do Rio de Janeiro – 2000			0,6	20,4	64,01	15,1	15,6
Estado do Rio de Janeiro - 2010			0,4	23,7	60,5	15,4	15,8

Fonte: Bancos de Dados Socioeconômicos do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades-DataUCAM, extraído do IPEADATA (a partir das Contas Nacionais elaboradas pelo IBGE).

Finalmente, considera-se importante valorizar dados de uma variável que cada vez se torna mais imprescindível nos estudos estatísticos sobre desenvolvimento e desigualdade socioeconômica, sob pena da sua ausência empobrecer a análise. Trata-se de dados que reflitam os efeitos das políticas de transferência de renda nas três escalas da federação.

Eles podem contribuir para clarear a complexidade das análises inter-regionais, uma vez que os indicadores econômicos típicos, como os utilizados até aqui, tornam-se cada vez mais insuficientes para explicar dinâmicas territoriais, como as do NOF, aqui apresentadas. A região menos dinâmica, sem qualquer intervenção significativa na economia, apresenta dados de homogeneidade e crescimento populacionais que são tributários de outros elementos, dentre os quais os mecanismos de transferência de renda devem ter papel importante.

Sob formas diversas – bolsas, cestas, auxílios, cheques, benefícios –, são políticas que têm impacto na elevação dos níveis de renda, tais como a valorização real do salário mínimo; o BPC (Benefício de Prestação Continuada, de um salário mínimo, usufruído por todos os idosos e deficientes de baixa renda); a Bolsa Família e seus equivalentes e semelhantes nos níveis de governo estadual e municipal; políticas de crédito e financiamento subsidiados para a agricultura familiar e outros segmentos populares, dentre outras.

Estas e outras iniciativas – como, por exemplo, nas áreas dos equipamentos de educação e saúde, de extrema capilaridade territorial, com a ampla territorialização, com critérios de interiorização e de regionalização – têm provocado aumento da difusão territorial da circulação de recursos financeiros, de forma generalizada.

Portanto, para além, ou melhor, ao lado da análise dos indicadores socioeconômicos e outros, é necessário – tanto para se compreender as dinâmicas territoriais urbano-regionais, quanto para se intervir, com políticas públicas, projetos, planos e programas integrados de crescimento e desenvolvimento – analisar a capilaridade e as interconexões das infraestruturas e dos equipamentos urbanos e sociais, bem como as políticas sociais de assistência social e transferência de renda, com vistas à elevação do grau de equidade entre regiões, classes e grupos sociais.

Para efeito da análise aqui empreendida, torna-se importante, para evitar classificar como *abandonada* ou absolutamente *não-dinâmica* a região menos beneficiada pelos Grandes Investimentos-GIs em curso – caso da NOF –, e para relativizar os dados aqui apresentados, elaborou-se uma tabela baseada no IDHM-PNUD/2013. Nesta tabela são desagregados alguns dados sobre renda e pobreza para ilustrar as reflexões acima referidas, que podem contribuir para explicar a grande elevação da renda *per capita* e a acentuada diminuição do percentual de pobres nas três regiões e no estado, incluindo a região NOF.

Tabela 9 - Evolução de alguns indicadores de pobreza e renda (1991-2010)⁷

Áreas	Proporção de Pobres		Renda <i>per capita</i> média mensal (R\$)		Renda/ <i>capita</i> ▲ 1991-2010
	1991	2010	1991	2010	
Norte Fluminense	46,55	12,4	283,02	623,93	120,45%
Noroeste Fluminense	51,56	12,03	283,78	574,35	102,39%
Baixadas Litorâneas	36,79	8,62	340,65	756,87	122,18
Estado do Rio de Janeiro	22,9	7,2	608,80	1.039,30	70,71

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD-2013

As três regiões apresentam, no intervalo considerado, entre 1991 e 2010, taxas de elevação da renda *per capita* superiores às do estado, com a do NOF sendo inferior em 20% às das BL e NF. Embora, em valores absolutos, a renda *per capita*

⁷ Números regionais constituídos das médias dos indicadores dos municípios de cada região.

média mensal do NOF seja significativamente inferior à do NF e à da BL, o fato de sua evolução ter sido bastante superior à média do estado, ainda que inferior às das outras duas mesorregiões, deve ser analisado sob dois aspectos: i) de alguma forma a circulação de renda no NOF foi beneficiada pelos recursos gerados pela economia regional do petróleo – é comum trabalhadores *off shore* em Macaé continuarem residindo no NOF –, o que provavelmente pode ser atribuído aos salários do segmento, bem superiores à médias das demais atividades regionais, tendo em vista ter sido bem superior à média estadual; ii) por outro lado, as rendas petrolíferas devem explicar, em parte, a significativa superioridade das taxas do NF e da BL em relação à do NOF; iii) e, finalmente, a título de provocação, o colchão de políticas de transferência de renda e de equipamento público de educação, saúde e assistência social deve contribuir para evitar uma depressão econômica e populacional no NOF (de outro modo previsível em vista da forte polarização no NF e na BL, por parte do Complexo de E&P, induzindo a um forte processo migratório), assim como elevar a renda *per capita*.

Já no que diz respeito à queda na proporção de pobres, esta foi maior no NOF do que nas duas regiões e no estado, donde se podem tirar duas ponderações: i) o aumento bastante superior da renda *per capita* média no NF e na BL, cujo diferencial deve ser creditado, principalmente, às rendas petrolíferas, não se refletiu, em igual proporção, na diminuição do número de pobres; ii) a maior queda no NOF, confrontada com os menores valores médios de renda, pode ser creditada principalmente às políticas de transferência direta e indireta de renda, o que reforça a importância dessa variável nos estudos socioeconômicos, a partir de 2003.

No entanto, fica claro que essa reflexão merece aprofundamento e detalhamento, o que constitui outro estudo, que foge à proposta desse artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Luciana Machado da. (2012). *Noroeste Fluminense: integração, diferenciação e fragmentação*. Dissertação de Mestrado. UCAM Campos.
- CRUZ, José Luis Vianna da. (2015). *Indústria Extrativa Petrolífera Fluminense e Limites ao Desenvolvimento Regional*. Mimeo.
- LIMA, Haroldo. (2008). *Petróleo no Brasil: A situação, o Modelo e a Política Atual*. Rio de Janeiro: Synergia.
- LUMBRERAS, Marlúcia Junger. (2008). *Noroeste Fluminense: Da estagnação a novas oportunidades?* Dissertação de Mestrado. UCAM Campos.
- PIQUET, Rosélia; OLIVEIRA, Elzira L. (2005). “Empresas e empresários do norte fluminense: Uma análise qualitativa”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 1, maio. p. 111-123.
- SERRA, Rodrigo Valente. (2011). “O novo marco regulatório do setor petrolífero brasileiro: dádiva ou maldição?”. In: PIQUET, Rosélia (Organizadora). *Mar de Riqueza, Terra de Contrastes*. Rio de Janeiro: Mauad X. FAPERJ.
- SILVA, Robson D. (2012). *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro, 1990-2008*. Rio de Janeiro: FGV.
- TERRA, Denise Cunha T.; SOUZA, Joseane. (2015). “Indústria petrolífera,

mercado de trabalho e nível de dependência da mão de obra exógena nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos, RJ". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 17, n. 1, abril. p. 123-143.

UCAMData. Bancos de Dados Socioeconômicos do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades-UCAM Data, extraído do IPEADATA (a partir das Contas Nacionais elaboradas pelo IBGE).

Fabio Gustavo Viana Siqueira

Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Fluminense – *Campus Itaperuna/RJ*

José Luis Vianna da Cruz

Professor e Coordenador de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, Ucam-Campos/RJ